

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas. Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes. Em 2016, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco Original neste importante nicho do mercado brasileiro.

Projeto Banco Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de pessoa física, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento. A partir desses princípios, iniciamos investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para a construção de um banco digital completo, que utiliza o que há de mais atual na tecnologia global.

Para tanto, o Banco apresentou em 27/07/2015 referente ao ano base 2014 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem).

No dia 29 de janeiro de 2016, o MCTI comunicou ao Banco que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo segundo ano consecutivo, o que o habilita a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pelo Banco nesse semestre foi de R\$21.167.

O lançamento do aplicativo Seja Original, que permite abertura de conta-corrente e contratação de produtos de forma 100% digital, rendeu ao Banco, o prêmio efinance 2016 de Inovação de Modelo de Negócio, o que evidencia o foco no desenvolvimento do mais inovador modelo de negócio da indústria financeira para atender seu público alvo e permitir o atendimento 100% digital, tornando a relação simples e confiável com o Banco.

Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2016, o Banco Original apresentou prejuízo no semestre de R\$ 2.330, contra um lucro de R\$ 56.079 apresentado no primeiro semestre de 2015.

A queda do resultado é decorrente do aumento dos custos pelo lançamento do Banco Digital.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 7.297.787 (30/06/2015 - R\$ 5.554.536), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Aplicações Interfinanceiras	944.075	541.518
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	950.146	1.347.685
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.225.436	3.020.652

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito, ao término do semestre, atingiram R\$ 4.225.436; o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$93.593, correspondente 2,21% da carteira total; em junho de 2015, correspondiam a R\$ 3.020.652 e R\$ 90.150, respectivamente.

O crescimento de 40% da carteira de operações de crédito ocorre da expansão dos segmentos corporate e agronegócio e da aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos de menor risco como demonstrados pelos indicadores a seguir:

• 68% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings A a B;

• 95% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal;

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, apesar do expressivo crescimento da carteira de crédito, nossa despesa com provisão de crédito teve redução de 45%, em função da melhora da qualidade do portfólio, evidenciado no índice de carteira vencida a mais de 90 dias que reduziu de 2,4% para 1,1%. Mesmo com a queda no montante de despesa da provisão de crédito nosso índice de cobertura, apurado pela relação entre o saldo de provisão e os créditos vencidos acima de 90 dias aumentou de 150% para 211%.

• Diminuição na despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 56.016 em 30/06/15 para R\$ 35.505 em 30/06/2016;

• Um índice de Cobertura de 211%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem duas vezes a Carteira em atraso superior a 90 dias.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.071.266 (30/06/2015 - R\$ 2.033.507), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Capital Social	2.130.001	2.103.451
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.140)	(8.150)
Prejuízos Acumulados	(57.595)	(61.794)

Expansão dos Negócios

Em agosto de 2015 o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação do Banco Original S.A. no capital social da Miralta Serviços S.A., empresa de arranjo de pagamentos que controla a carteira virtual de smartphone PicPay.

Em 25 de novembro de 2015 a autoridade monetária da Ilha de Cayman autorizou a abertura da agência no exterior do Banco Original S.A.

Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda. teve sua denominação social alterada para Original App Ltda. e passou a prestar serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, serviços de teletendimento e serviços de contatos telefônicos relacionados aos serviços ofertados e desenvolvimento de programas de computador relacionados a produtos e serviços oferecidos por terceiros no mercado virtual. Em 04 de janeiro de 2016 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A. a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários.

Todas aprovações acima proporcionam a ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco.

Em 29 de abril de 2016 a Miralta Serviços S.A. teve sua denominação social alterada para Picpay Serviços S.A.

Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015		Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		5.004.034	4.190.156	Passivo Circulante		3.439.003	2.856.521
Disponibilidades	4	19.437	21.454	Depósitos	14.a	869.142	770.656
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	938.868	536.954	Depósitos à Vista		52.874	33.000
Aplicações no Mercado Aberto		938.868	534.942	Depósitos Interfinanceiros		2.035	110.106
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	2.012	Depósitos a Prazo		814.233	627.550
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	606.607	1.231.907	Captações no Mercado Aberto	14.b	93.683	246.341
Carteira Própria	6.a	474.717	663.174	Carteira Própria		50.001	246.341
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	-	247.965	Carteira de Terceiros		43.682	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	53.296	178.382	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.768.255	1.001.353
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	78.594	142.386	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.765.417	1.001.353
Relações Interfinanceiras	7	1.128	974	Certificados de Operações Estruturadas		2.838	-
Pagamento e Recebimentos a Liquidar		253	22	Relações Interfinanceiras	7	834	607
Créditos Vinculados:		803	661	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		834	607
Depósitos no Banco Central		803	661	Relações Interdependências		13.025	1.711
Correspondentes		72	291	Recursos em Trânsito de Terceiros		6.505	737
Relações Interdependências	14.d	6.456	1.210	Transferências Internas de Recursos	14.d	6.520	974
Transferências Internas de Recursos		6.456	1.210	Obrigações por empréstimos	15	350.524	600.519
Operações de Crédito	8	1.615.780	1.752.850	Empréstimos no Exterior		350.524	600.519
Setor Privado		1.660.252	1.808.618	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	35.720	32.615
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(44.472)	(55.768)	Outras Instituições		35.720	32.615
Outros Créditos		1.746.912	634.844	Instrumentos Financeiros Derivativos		120.057	10.500
Carteira de Câmbio	9.a	95.202	91.041	Instrumentos Financeiros Derivativos		120.057	10.500
Rendas a Receber		645	749	Outras Obrigações	16	187.763	192.219
Negociação e Intermediação de Valores		10.854	6.143	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		274	356
Créditos Tributários	9.b.1	22.000	50.712	Carteira de Câmbio	9.a	27.235	524
Direitos Creditórios	9.e	1.578.274	462.347	Fiscais e Previdenciárias	16.a	15.735	61.252
Diversos	9.d	55.700	28.267	Negociação e Intermediação de Valores		10.214	10.630
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(15.763)	(4.415)	Diversas	16.b	134.305	119.457
Outros Valores e Bens	10	68.846	9.963	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.784.373	661.068
Despesas Antecipadas		68.846	9.963	Depósitos	14.a	1.191.348	204.157
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.522.355	930.883	Depósitos a Prazo		1.191.348	204.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	5.207	4.564	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	546.409	401.041
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.207	4.564	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		546.218	401.041
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	343.539	115.778	Certificados de Operações Estruturadas		191	-
Carteira Própria	6.a	140.983	115.778	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	2.624	2.238
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	50.112	-	Outras Instituições		2.624	2.238
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	151.362	-	Instrumentos Financeiros Derivativos		19	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.082	-	Instrumentos Financeiros Derivativos		19	-
Operações de Crédito	8	686.816	629.327	Outras Obrigações	16	43.973	53.632
Setor Privado		720.143	659.294	Diversas	16.b	43.973	53.632
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(33.327)	(29.967)	Resultados de Exercícios Futuros		3.145	3.440
Outros Créditos	9.b.1	420.074	125.747	Rendas Antecipadas		3.145	3.440
Direitos Creditórios		180.873	-	Patrimônio Líquido	18	2.071.266	2.033.507
Créditos Tributários		233.032	125.747	Capital Social:		2.130.001	2.103.451
Diversos	9.d	6.200	-	De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.103.451
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(31)	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	(1.140)	(8.150)
Outros Valores e Bens	10	66.719	55.467	Prejuízos Acumulados		(57.595)	(61.794)
Outros Valores e Bens		72.602	74.366			-	-
(Provisão para Desvalorização)		(5.883)	(18.899)			-	-
Permanente	11	771.398	433.497			-	-
Investimentos		73.242	53.949			-	-
Participações em Coligadas e Controladas:		72.794	53.484			-	-
No País		72.794	53.484			-	-
Outros Investimentos		448	465			-	-
Imobilizado de Uso	12	649.858	82.367			-	-
Imóveis de Uso		-	6.686			-	-
Outras Imobilizações de Uso		673.029	87.353			-	-
(Depreciações Acumuladas)		(23.171)	(11.672)			-	-
Ativos Intangíveis	13	48.298	297.181			-	-
Ativos Intangíveis		48.298	297.181			-	-
Total do Ativo		7.297.787	5.554.536	Total do Passivo		7.297.787	5.554.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos Acumulados)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Homologação do BACEN s/Aumento de Capital Social		23.150	(23.150)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	43	-	43
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	56.079	56.079
Saldos em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507
Mutações do Semestre		23.150	(23.150)	43	56.079	56.122
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Homologação do BACEN s/Aumento de Capital Social	18.a	26.550	(26.550)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	9.836	-	9.836
Prejuízo Líquido no Semestre		-	-	-	(2.330)	(2.330)
Saldos em 30 de Junho de 2016		2.130.001	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266
Mutações do Semestre		26.550	(26.550)	9.836	(2.330)	7.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B
Moody's ⁽²⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽³⁾	brA-3	brBBB	-	-

(1) Agosto 2016; (2) Julho 2016; (3) Abril 2016.

Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2016, foram abertas 25 demandas (30/06/2015 - 34), sendo 10, relativas a Consignados, 14 referentes a Pessoa Física e 1 referente a Pessoa Jurídica; as demandas foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

• Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parceiros, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de Agosto de 2016

Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		441.078	446.738
Operações de Crédito	8.g	275.822	308.991
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	83.326	118.744
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	87.665	7.606
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	(5.735)	11.267
Despesas da Intermediação Financeira		(288.661)	(261.073)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(274.697)	(120.121)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	21.541	(84.936)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(35.505)	(56.016)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		152.417	185.665
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Com Transferência Substancial de Risco: Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 36.747 conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	19.505	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	17.242	-
Total da venda ^(a)	36.747	-

⁽¹⁾ Não houve lucro na cessão, a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa. ⁽²⁾ O montante de R\$ 17.242 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo. ⁽³⁾ Venda feita com partes relacionadas.

Com Retenção Substancial de Risco: O Banco realizou operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros em que ocorreu a retenção substancial dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de cobertura. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido. O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Carteira Cedida com Cobrigação	-	41.033
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	-	1.115
Total (Nota 16.b)	-	42.148

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	-	42.101
Total (Nota 8.a)	-	42.101

g) Resultado de Operações de Crédito:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	438	15
Rendas de Empréstimos	143.904	113.104
Rendas de Títulos Descontados	38.183	11.008
Rendas de Financiamentos	71.394	185.474
Resultado de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	23.978	6.991
Resultado com Cessão de Créditos sem Cobrigação	-	264
Despesas com Cessão de Crédito com Cobrigação	(128)	(4.823)
Perdas com Créditos Incobráveis	(1.921)	(2.778)
Total	275.822	308.991

⁽¹⁾ O montante de R\$ 17.242 refere-se à recuperação de crédito baixado para prejuízo pela cessão de crédito Nota 9.f.1.

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio: Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio:

	30/06/2016	30/06/2015
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(32)	(222)
Direitos sobre Venda de Câmbio	7.228	529
Câmbio Comprado a Liquidar	86.916	90.071
Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.090	663
Total	95.202	91.041

	30/06/2016	30/06/2015
Circulante	95.202	91.041
Passivo	27.235	524
Câmbio Vendido a Liquidar	(7.113)	524
Obrigações por Compra de Câmbio	(95.627)	89.742
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	75.505	(89.742)
Total	(27.235)	524
Circulante	(27.235)	524

⁽¹⁾ Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.090 (30/06/2015 - R\$ 663) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 75.505 (30/06/2015 - R\$ 89.742) compõe o saldo de R\$ 76.595 (30/06/2015 - R\$ 90.405) divulgado na nota 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio:

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de câmbio	83.898	224.988
Despesas de câmbio	(89.633)	(213.721)
Total	(5.735)	11.267

b) Créditos Tributários:

	30/06/2016	30/06/2015
Créditos Fiscais Diferidos	220.650	156.476
Saldo Inicial	135.779	50.599
Constituições	(101.397)	(30.616)
Reversões	255.032	176.459
Saldo Final	289.317	196.432
Depósitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a	4.133	13.610
Saldo Inicial	3.306	78.935
Constituições	(4.133)	(56.227)
Reversões	3.306	36.318
Saldo Final	3.306	36.318

b.1) Ativo Fiscal Diferido: Em 30 de junho de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018). Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme sua exclusão no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo Fiscal	302.544	220.321
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	75.636	55.080
Base Negativa de Contribuição Social	305.992	224.300
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% (1)	61.198	39.596
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	79.829	85.735
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	15.796	4.415
Provisão para Créditos Cedidos com Cobrigação	-	5
Provisão para Contingências Trabalhistas	17.883	20.391
Provisão para Contingências Cíveis	26.090	33.236
Provisão para Despesas Administrativas	27.513	27.876
Provisão PLR - Administradores	11.126	11.088
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.623	18.899
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	672	9.064
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(31)	(421)
Ajustes Futuro DI e DDI	429	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(20)	-
Perdas em Operações de Crédito	63.930	7.561
Outras Diferenças Temporárias	623	770
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	262.463	217.919
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	262.463	217.919
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	65.616	54.480
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	52.493	32.688
Ajuste títulos de outros países	826	3.109
Ajustes DI Futuro	429	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	672	9.064
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	1.927	12.173
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	255.032	176.459
Total do Ativo Fiscal Diferido	220.000	50.712
Circulante	233.032	125.747

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2015 a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O efeito dessa majoração foi no montante de R\$ 26.685 na composição do crédito tributário.

b.2) Passivo Fiscal Diferido:

	30/06/2016	30/06/2015
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	84.610
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(3.934)
Ajuste Futuro DI e DDI	6.954	264
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(323)	(12)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	6.631	80.928
Depósitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	1.658	20.232
Depósitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	1.326	12.339
Ajuste positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.954	84.610
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.954	84.871
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	4.65%	4,65%
Alíquota de PIS/COFINS	323	3.947
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	3.307	36.318
Total do Passivo Fiscal Diferido	3.307	36.318
Circulante	3.307	36.318

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido:

Ano	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	50.712	36.318	14.394
2016	22.000	3.307	18.693	33.072	-	33.072
2017	91.350	30.356	60.994	30.356	-	30.356
2018	88.816	-	88.816	58.043	-	58.043
2019	48.111	-	48.111	2.255	-	2.255
A partir de 2020	1.996	-	1.996	2.021	-	2.021
A partir de 2021	2.759	-	2.759	-	-	-
Total	255.032	3.307	251.725	176.459	36.318	140.141

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O impacto da elevação da alíquota foi de R\$ 26.685 na composição do crédito tributário.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários: O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2016, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 211.754 (30/06/2015 - R\$ 144.685).

d) Outros Créditos - Diversos:

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	8.519	11.799
Devedores por Depósitos em Garantia	12.376	10.474
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.794	1.794
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	3.886	2.185
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.557	6.495
Pagamentos a Ressarcir	-	1
Adiantamentos Salariais/Outros	7.101	4.915
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	9.300	837
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	24.604	241
Outros ⁽³⁾	61.900	28.267
Total	123.839	123.839
Circulante	55.700	28.267
Longo Prazo	68.139	95.572

⁽¹⁾ Refere-se a boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contraparte deste valor encontra-se na rubrica Outras obrigações diversas nota 17.b.

e) Direitos Creditórios:

	30/06/2016	30/06/2015
Direitos Creditórios (Nota 8.a) ⁽¹⁾	1.759.147	462.347
Total	1.759.147	462.347
Circulante	1.578.274	462.347
Longo Prazo	180.873	-

⁽¹⁾ Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 1.759.147 (30/06/2015 - R\$ 462.347), que refere-se à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2016	30/06/2015
Bens não de Uso - Imóveis (Provisão para Desvalorização)	72.602	74.366
Despesas Antecipadas	(5.883)	(18.899)
Total	66.719	55.467
Circulante	66.719	55.467

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos Controladas do Conglomerado	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		30/06/2016 Participação
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Administration de Carteira/Fundos	3.500.000	99,99%	
Original Asset Management Ltda.	1.000.000	99,90%	
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	10.000	51%	
Picpay Serviços S.A.			
Original App Ltda.	149.985	99,99%	

Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) 01/01 a 30/06/2016	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 30/06/2015
30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016

Controladas do Banco	Original Asset Management Ltda. ⁽¹⁾	Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	Original App Ltda.	Total
60.326	1.301	60.320	52.423	1.300	1.069
881	(240)	880	1.061	(240)	61
2.625	(1.007)	8.385	-	(606)	-
3.209	(204)	3.209	-	(204)	-
67.041	(150)	72.794	53.484	250	1.130

⁽¹⁾ Investimento adquirido em dezembro de 2014. ⁽²⁾ Possui capital não integralizado de R\$ 1.500. Em 29 de abril de 2016 foi feita alteração da denominação social da Miralta Serviços S.A. para Picpay Serviços S.A. O valor do investimento contempla o ágio no montante de R\$ 6.282.

12. Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2016 Residual	30/06/2015 Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	33.914	(3.068)	30.846	5.163
Sistemas de Processamento de Dados (1)	975	(640)	335	76.992
Sistemas de Segurança e Comunicações	637.588	(18.921)	618.667	473
Outros	552	(52)	10	39
Total	673.029	(23.171)	649.858	82.367

b) Movimentação Imobilizado de Uso:

Saldo Inicial 31/12/2015	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final 30/06/2016	
Equipamentos de Uso	9.561	5.374	5.509	(838)	19.606
Imóveis de Terceiros	-	-	11.468	(228)	11.240
Sistemas de Processamento de Dados	95.676	20.934	511.459	(9.401)	618.668
Sistemas de Segurança e Comunicações	380	4	-	(51)	333
Outros	26	-	-	(15)	11
Total	105.643	26.312	528.436	(10.533)	649.858

⁽¹⁾ Com o lançamento do Banco Digital e a emissão da Resolução nº 4.480 de 25 de abril de 2016 que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico os ativos antes classificados como intangível na fase de desenvolvimento do projeto foram avaliados e reclassificados para o imobilizado em suas respectivas rubricas no montante de R\$ 528.436 e a depreciação gerada foi de R\$ 9.376. (Nota 14.b)

13. Intangível

a) Valor residual:

Gastos com Desenvolvimento	30/06/2016	30/06/201
----------------------------	------------	-----------


**NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa com COFINS	(7.971)	(10.268)
Despesa com ISS	(564)	(900)
Despesa com PIS/Pasep	(1.295)	(1.669)
IOF	(12)	(7)
Tributos Estaduais	(120)	(376)
Outras ⁽¹⁾	(580)	(613)
Total	(10.542)	(13.833)

⁽¹⁾ Taxas e outros tributos.**25. Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	192	469
Atualização de Impostos a Compensar	2.617	951
Recuperação de Encargos e Despesas	566	719
Reversão de Provisões Operacionais	566	450
Reversão de Provisões Trabalhistas	6.835	483
Reversão de Provisões Cíveis	8.346	-
Incentivo Fiscal ⁽¹⁾	21.167	-
Outras Receitas Operacionais	74	170
Total	40.363	3.242

⁽¹⁾ Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)".**26. Outras Despesas Operacionais**

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Provisões Operacionais	(6.643)	(4.642)
Trabalhistas	(5.966)	-
Cíveis	(677)	(4.642)
Indenizações Trabalhistas	(1.635)	(2.873)
Outras	(2.222)	-
Total	(10.500)	(7.515)

27. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Lucro na Alienação de Valores e Bens	(248)	-
Ganhos/Perdas de Capital	(317)	-
Outras Receitas/(Despesas)	-	97
Total	(565)	97

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal

diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(37.328)	72.051
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(40.128)	(21.298)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(40.121)	(35.571)
Base de Cálculo - CSLL	(77.777)	49.623
Base de Cálculo - IRPJ	(77.777)	35.350
CSLL - 20%	15.555	(7.443)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	19.443	(8.838)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	34.998	(15.971)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	34.998	(15.971)

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permite um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco. Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesse e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência da identificação, mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados. Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para consulta. Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br. **a. Gerenciamento de Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's - Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo. **b. Gerenciamento de Riscos de Mercado:** O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado

compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN. A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", "Testes de Estresse", "Stop Loss" e Análise de sensibilidade. **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez:** A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado anualmente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia. A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa. **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo. A Diretoria do Banco Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco, assim como a política de risco de crédito. Neste contexto governamental, é função da área de Riscos monitorar, analisar e gerar indicadores, controlando a exposição ao risco de crédito da Instituição, de forma independente das áreas de negócios, reportando à alta administração possíveis desvios, ademais de estipular as reservas financeiras prudenciais necessárias.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas: Em 30 de junho de 2016, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 215.649 (30/06/2015 - R\$ 286.074), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2016 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos (30/06/2015 - R\$ 154), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 282 (30/06/2015 - R\$ 1.226). **b. Seguros:** O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2016, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 322 (30/06/2015 - R\$ 3.515), referente à carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 9 (30/06/2015 - R\$ 61). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações. **c. Plano de Aposentadoria e Pensões:** O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009. **d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais:** O Banco é tomador de empréstimo de curto prazo junto às instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2016, o Banco atende todos os índices financeiros.


A DIRETORIA

CONTADOR

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6


RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa. Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente. Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições. A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão.

A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco. A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2016. O Comitê de Auditoria emitiu 04 recomendações ao longo do primeiro semestre de 2016. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária (1) e de implantação desejável (3). Todas as recomendações

foram aceitas. O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2016 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco. Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco. O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30/06/2016.

São Paulo, 23 de agosto de 2016

Comitê de Auditoria

Marcelo Habice da Motta

Miguel Burgos Neto


RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2016


KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0